

"Diário da Manhã"

04 de julho, 1995

## Pelas diretas no PT

Luís César Bueno

*"Uma lei proíbe expressamente prestar atenção nas montanhas: não se pode subi-las nem falar-lhes e nem sequer olhá-las, possivelmente. 'Possivelmente' é o que diz a palavra do legislador com exigência que ele próprio julgava excessiva. Porque elas estão sempre lá, dominando dia e noite a cidade com seu esplendor."*

*D. Buzzati: "As montanhas são proibidas"*

Um partido político só pode assumir uma função historicamente progressiva na medida em que funcionar democraticamente. Na ausência de uma efetiva participação dos seus integrantes nas principais decisões políticas, o partido estiola-se, degrada-se e tenderá, objetivamente, a reproduzir interesses privados, particulares. Para Gramsci, o funcionamento de um partido oferece mesmo um critério distintivo, pois quando o partido é regressivo funciona burocraticamente. O partido, neste caso, "é puro executor, não deliberante".

Em contraposição a uma forte tendência presente na esquerda mundial, o PT surgiu afirmando-se radicalmente democrático. Mais do que isso: o surgimento do PT introduziu na história política brasileira a mais potente possibilidade de promoção da cidadania junto a setores historicamente marginalizados e excluídos pelos estritos limites da política sustentada pelas elites nacionais. Independentemente dos nossos erros e acertos, fomos construindo ao longo destes anos uma tradição política nova, onde a posição das bases de filiados cumpriu um importante papel na conformação do próprio "fenômeno PT". Esta tradição foi a responsável pela afirmação de protocolos políticos de convívio entre posições distintas que se enriqueceram reciprocamente. Nossa unidade foi sendo promovida na afirmação da diversidade partidária e no reconhecimento de uma cultura eminentemente plural.

É exatamente esta experiência realizada que nos permite, hoje, identificar um enorme contraste com a situação política interna que temos vivido. Em todo o País temos enfrentado dificuldades inéditas no processo de construção partidária. Expressivas parcelas de nossa militância se afastaram de qualquer participação nas instâncias do partido num processo que, ao que tudo indica, ainda não chegou ao fim. O afastamento traduz, mais que uma saturação, uma desilusão profunda. Nossas instâncias perderam, nacionalmente, representatividade política e, via de regra, percorrem o caminho inócuo das "soluções" administrativas e das disputas sectárias. A própria estrutura partidária foi reproduzindo um conjunto de interesses individuais e grupais

bastante operantes que passam a modular resoluções e alinhamentos políticos. Decisões importantes passam a ser tomadas fora de qualquer instância ou debate público, a partir de "acertos" realizados entre alguns de seus quadros ou num processo tortuoso de negociação entre grupos organizados. A participação política na chamada "vida interna" do PT é, cada vez mais, restrita aos militantes profissionais e aos funcionários da política. Como decorrência, a democracia interna se confunde, progressivamente, com um conjunto de procedimentos ritualizados, onde todos devem falar exatamente o que se espera que falem e onde deve-se, sobretudo, repetir à exaustão o que já foi dito para homologar o que também já foi decidido.

Ao componente de intolerância que marca as disputas internas, agrega-se, cada vez mais, uma concepção da política como mera negatividade. Concepção que era compreensível nas origens do PT, mas que, depois de termos disputado duas vezes a Presidência da República, de termos conquistado Governos estaduais e várias prefeituras e de termos eleito bancadas numerosas nos parlamentos, não mais se justifica. Furtando-se, concretamente, a apresentar ao País um caminho alternativo àquele que vem sendo oferecido pelo Governo, o PT retrocede. Nada ganhamos quando, diante das propostas de reforma da Constituição, respondemos quase exclusivamente com nossos *slogans*. Percebe-se, então, como, além das palavras e dos discursos, pode-se afirmar involuntariamente uma posição conservadora, refém das pressões corporativas e de cálculos eleitorais imediatistas e superficiais.

Diante deste quadro, impõe-se ao partido um processo de renovação. É preciso, urgentemente, oxigenar a vida interna e recolher da "sociedade civil petista" uma energia que, mantidos os parâmetros atuais de organização, só se manifesta nos períodos eleitorais. Afinal de contas, o que justifica que os filiados do PT não possam exercer diretamente seu direito de escolher as direções do partido? Por que seria preciso manter uma tradição piramidal e verticalista que, na prática, tem sido funcional à exclusão do próprio petista de base? Quais as razões que nos impedem de ousar, buscando entre todos os filiados a legitimação de posições políticas verdadeiramente coletivas? Por certo estas razões não serão as mesmas que, no conto de Dino Buzzati, proibiam as pessoas de contemplar as montanhas. Senão por outro motivo porque, límpidas ou envoltas em nuvens, cobertas de neve ou calcinadas de sol, elas continuam ali a nos desafiar.

**Luís César Bueno é membro da Executiva Regional do PT**